

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
- CAR - CCIR - INCRA

(19) 99215-4852
(19) 99184-6967

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça)
agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!



O NOVO MAPA TRIBUTÁRIO: ICS, CBS E IMPOSTO SELETIVO?

A Reforma Tributária redesenha o sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, substituindo um modelo fragmentado, cumulativo e litigioso por uma estrutura baseada no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Em termos práticos, a pergunta central é, quais tributos saem de cena e quais entram em seu lugar?

O que deixa de existir? Serão gradualmente extintos:

- ICMS: imposto estadual incidente sobre circulação de mercadorias e alguns serviços.
- ISS: imposto municipal sobre prestação de serviços.
- PIS: contribuição federal incidente sobre faturamento.
- COFINS: contribuição federal também incidente sobre receita bruta.

Esses tributos compõem hoje um sistema complexo, com múltiplas legislações, regimes cumulativos e não cumulativos, benefícios fiscais regionais e disputas frequentes quanto à competência tributária.

O que entra no lugar? A reforma institui dois novos tributos principais:

- IBS: de competência compartilhada entre Estados e Municípios.
- CBS: de competência da União.

Ambos seguem a lógica do IVA moderno, incidência ampla sobre bens, serviços e direitos, não cumulatividade plena, crédito financeiro e tributação no destino.

Como funciona a substituição?

ICMS + ISS = IBS

O IBS unifica a tributação estadual e municipal sobre o consumo. Em vez de cada ente federativo manter regras próprias, haverá legislação nacional única, com arrecadação distribuída automaticamente entre Estados e Municípios.

O princípio do destino elimina a guerra fiscal, o imposto pertence ao ente onde ocorre o consumo, e não mais à origem da mercadoria ou do serviço.

PIS + COFINS = CBS

A CBS substitui as contribuições federais sobre receita. Diferentemente do modelo atual, marcado por regimes cumulativos e discussões sobre conceito de insumo, a CBS adota não cumulatividade ampla, permitindo crédito sobre todas as aquisições vinculadas à atividade econômica.

O que muda na prática?

Base ampla e uniforme: bens e serviços passam a ter tratamento tributário equivalente.

Crédito financeiro integral: reduz distorções e elimina discussões conceituais.

Menos litigiosidade: simplificação normativa tende a reduzir disputas judiciais.

Transparência: alíquotas serão destacadas de forma clara na nota fiscal.

Importante destacar que a implementação será gradual, com período de transição tanto para os contribuintes quanto para a repartição federativa de receitas.

E o Imposto Seletivo?

Além do IVA dual, foi instituído o Imposto Seletivo, de competência federal, destinado a incidir sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, substituindo parcialmente a lógica arrecadatória hoje dispersa em tributos específicos.

A mudança não é apenas de nomes, mas de arquitetura: sai um sistema fragmentado e cumulativo, entra um modelo de IVA dual, com promessa de neutralidade, simplicidade e maior segurança jurídica.

Para empresas e profissionais do direito, o momento exige estudo técnico, revisão de contratos, análise de cadeias produtivas e planejamento estratégico.

A reforma não é apenas tributária, é estrutural.

Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Midia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Governo de SP investe R\$ 56 milhões em irrigação sustentável

Diante de períodos cada vez mais frequentes de escassez hídrica, a irrigação tornou-se estratégica para garantir a continuidade da produção agrícola, o uso racional da água e a segurança alimentar no campo paulista. Nesse cenário, o Governo de São Paulo lançou, em 2025, a linha de crédito Irriga+SP, operacionalizada pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em parceria com a Desenvolve SP. Em apenas um ano, o programa já contabiliza mais de 8 mil hectares beneficiados, somando R\$ 56 milhões em investimentos.

Para o secretário de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho, a política de irrigação é uma agenda estratégica para garantir produção, renda e abastecimento. “A irrigação deixou de ser apenas uma ferramenta de aumento de produtividade e passou a ser um instrumento de segurança alimentar. Em um cenário de mudanças climáticas e eventos extremos, investir em eficiência hídrica significa proteger a produção de alimentos, dar previsibilidade ao produtor e assegurar abastecimento para a população. Cada projeto viabilizado pelo Irriga+SP representa mais estabilidade no campo e mais segurança alimentar dentro e fora do estado”, afirmou o secretário.

A linha de crédito oferece prazo de até 60 meses, com carência de até 18 meses, financiamento de até R\$ 5 milhões por projeto e limite de até 1000 hectares de área produtiva. As taxas de juros são subsidiadas, variando entre 4,81% e 10,87% ao ano.

Os recursos podem ser utilizados na aquisição de sistemas modernos de irrigação, como gotejamento, aspersão, pivô central e carretel enrolador, além de soluções em energia fotovoltaica e armazenamento, tecnologias de agricultura de precisão, como drones e sensores, estufas climatizadas, projetos de captação e reuso de água, infraestrutura para transporte hídrico, bem como treinamentos e serviços especializados para implantação dessas tecnologias.

O secretário executivo do FEAP, Felipe Alves, destaca a iniciativa como uma política pública alinhada às necessidades reais do produtor rural paulista. “Ao facilitar o acesso ao crédito com condições atrativas, o programa cria condições para a adoção de tecnologias modernas de irrigação, amplia a eficiência no uso da água e contribui para o aumento da produtividade e da renda no campo. Os resultados alcançados em curto período demonstram a importância do Irriga+SP como instrumento de desenvolvimento sustentável e de apoio à segurança produtiva no Estado”, afirma.

O desempenho do programa também é destacado pela Desenvolve SP, que atua na operacionalização do crédito. “Desde o seu lançamento, a linha de crédito Irriga+SP vem sendo muito bem recebida pelos produtores rurais paulistas e tem dado apoio essencial ao agronegócio. Só em 2026, já foram mais de R\$ 15 milhões em financiamentos para irrigação e agricultura de precisão, contribuindo para mitigar os efeitos da estiagem que atingiu o Estado nos últimos anos, além de aumentar a produtividade e diversificar as culturas”, ressaltou o diretor-presidente da Desenvolve SP, Ricardo Brito.

O produtor rural Jamil Buchala, contemplado com o financiamento, afirma que o Irriga+SP surgiu no momento certo e com a praticidade necessária para viabilizar o crédito. “Isso me deixou bastante impressionado, principalmente pela agilidade do programa. Já estamos com o reservatório pronto para receber a água, os poços concluídos e toda a estrutura do pivô em montagem. Esse projeto era um sonho antigo, e a oportunidade apareceu na hora certa”, relatou.

Além do Irriga+SP, o FEAP mantém a linha de crédito Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), que também atende projetos de agricultura irrigada. Em 2025, a modalidade contemplou mais de 170 operações, com investimento total de R\$13 milhões.

Para a pesquisadora do Instituto Agrônomo (IAC-APTA), Jane Silveira, o desenvolvimento da agricultura irrigada no estado de São Paulo está diretamente ligado à diversidade de cultivos de interesse econômico e social. “A importância da irrigação ultrapassa as metas de produtividade e qualidade, pois abrange desde pequenos produtores que utilizam a tecnologia nos cultivos de café e olerícolas até grandes produtores da citricultura e da cana-de-açúcar. Em ambos os casos, a irrigação contribui significativamente para o aumento da produtividade e da renda, além de garantir qualidade para atender mercados mais exigentes e possibilitar o escalonamento da produção.”

Pesquisa e melhoramento genético ajudam a reduzir a demanda por irrigação

O Instituto Agrônomo desenvolve diversas pesquisas voltadas à eficiência hídrica e à redução da necessidade de irrigação. Os estudos avaliam a qualidade e o desempenho dos sistemas irrigáveis, suas vantagens e limitações, com o objetivo de economizar água e otimizar o uso dos equipamentos no campo.

Um dos exemplos é o Programa de Melhoramento Genético do Feijoeiro, que vai além do impacto econômico da produção e considera todos os aspectos da cultura sob a ótica da sustentabilidade. O pesquisador do IAC, Alisson Chiorato, explica que uma das frentes do trabalho está relacionada à redução do ciclo da planta.

“Com o desenvolvimento de cultivares de ciclo precoce, os produtores conseguem realizar a colheita em menos tempo, economizando até 20% de água utilizada na irrigação. Consequentemente, há também economia de energia elétrica e redução do consumo de água das represas. Essa é uma característica sustentável que a equipe do IAC vem desenvolvendo de forma consistente”, afirmou.

Para complementar esses estudos, o IAC também levanta as demandas hídricas de diversas culturas agrícolas, com indicadores de eficiência no uso da água. As pesquisas começaram antes da década de 1950 e envolvem a análise das fases da planta, os períodos mais críticos de déficit hídrico em diferentes espécies e, mais recentemente, a adoção de imagens aéreas para aprofundar o entendimento sobre o consumo de água no campo.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



SAFRA DE GRÃOS
2025/26

Iniciados os trabalhos de colheita das culturas de primeira safra, a produção de grãos no país está estimada em 353,4 milhões de toneladas na temporada 2025/26, um crescimento de 0,3% em relação ao volume obtido no período 2024/25, o que mantém a perspectiva de recorde na série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A área plantada deve chegar a 83,3 milhões de hectares, elevação de 1,9% em relação ao ciclo passado e que corresponde a um avanço de 1,5 milhão de hectares.

E Q U A D O R
O Ministro de Agricultura, Pecuária e Pesca do Equador, Juan Carlos Vega, e o Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, Luís Rua, mantiveram reunião oficial, em Quito, Equador. O objetivo do encontro foi dar seguimento aos entendimentos alcançados por ocasião da visita do Presidente da República do Equador, Daniel Noboa Azín, ao Brasil, em julho de 2025. As autoridades abordaram pontos importantes da agenda agrícola bilateral.

MERCADO DE LEITE 2026
Em 2025, a produção do leite alcançou um patamar histórico, com crescimento estimado em 7,2% em relação a 2024. Ao mesmo tempo, as importações seguiram em um volume elevado. Apesar de ter ocorrido uma queda de 4,2%, se comparado a 2024, a balança comercial ainda registrou um déficit de cerca de 2 bilhões de litros equivalentes. O leite em pó continua sendo o principal produto importado.

PRIORIDADES DA NOVA GESTÃO
O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sérgio Bortolozzo, afirmou em entrevista à TV Agro Mais nesta terça-feira, 17, que a nova gestão da entidade terá como prioridade ampliar o diálogo e fortalecer a representatividade do setor produtivo em Brasília. Reeleito para um novo mandato até 2028, Bortolozzo afirmou que o momento exige união do setor diante de desafios como o endividamento no campo, os custos elevados, a insegurança jurídica e a necessidade de políticas públicas que garantam crédito e seguro rural com previsibilidade ao produtor.

AGRO CARTOON

PICAZO

DESENHO: REPRODUÇÃO /INTERNET

JORNALISTA VOLUNTÁRIO

FEV /26

SAFRA DE GRÃOS 2025/26 É ESTIMADA
EM 353,4 MILHÕES DE TONELADAS

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Com chuvas até
abril, Governo de SP
orienta manejo do
solo com cuidados re-
dobrados



A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo divulgou novos boletins técnicos com orientações estratégicas para a safra 2025/2026.

Os documentos apresen- tam um panorama detalhado para o período de janeiro a abril de 2026, indicando boas condições hídricas para o desenvolvimento das cul- turas, ao mesmo tempo em que reforçam recomendações técnicas cuidadosas para as operações de manejo do solo ao longo do mês de fevereiro.

As análises agrometeo- rológicas da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Instituto Agronô- mico (IAC-APTA), em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (FUNDAG), apontam uma transição do fenômeno La Niña para o El Niño, com possibilidade de manutenção das chuvas até o final de abril.

LEIA TAMBÉM: Governo de SP investe R\$ 56 milhões em irrigação sustentável

Esse cenário tende a favo- recer o milho safrinha, com plantios indicados entre 15 e 31 de março, além da cana- -de-açúcar e da formação dos frutos do cafeeiro.

O histórico recente de temperaturas elevadas, re- gistradas no fim de 2025 e início de 2026, também é considerado nas projeções, especialmente pelos impactos em fases sensíveis de culturas como soja e amendoim.

No campo fitossanitário, as condições climáticas observa- das entre janeiro e fevereiro são favoráveis ao desenvolvi- mento da lagarta-do-cartucho (Spodoptera frugiperda) nas lavouras de milho, exigindo monitoramento contínuo.

Para o amendoim e as hortaliças, a persistência de ambientes úmidos até abril amplia o risco de doenças fúngicas, reforçando a impor- tância do manejo integrado ao longo do ciclo produtivo.

O boletim especial de ma- nejo destaca que, em feverei- ro, os altos volumes de chuva mantêm o solo acima da con- dição ideal para o tráfego de máquinas, podendo limitar operações mecanizadas.

A recomendação técnica é aguardar janelas de estiagem de pelo menos quatro dias antes da retomada das ativi- dades a campo.

Para os meses seguintes, a partir de maio, projeta-se uma redução gradual da umi- dade do solo, favorecendo o avanço das colheitas.

Para apoiar o planejamen- to diário e o acompanhamen- to das condições climáticas, a Secretaria recomenda o uso contínuo do portal AgroCli- maSP, que disponibiliza dados atualizados da rede meteo- rológica do Estado, além de mapas e prognósticos agro- meteorológicos de apoio à tomada de decisão no campo.

Acesse: <http://agrocli- masp.ciiagro.org.br/>